Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro da Comarca de Barueri/SP.

Edital de leilão Judicial eletrônico a ser realizado na plataforma www.cianacionalleiloes.com.br

Processo Principal nº 0004771-84.2018.8.26.0068, Cumprimento de Sentença – Acidente de Trânsito.

<u>Autor:</u> Rubens Lopes da Silva, CPF/MF n° 323.061.618-95, residente e domiciliado na Av. Henriqueta Mendes Guerra n° 1330, Bl. 09 apto 74, Barueri/SP – Cep n° 06401-160.

Réus: William Paulo da Silva, inscrito no CPF/MF n° 374.137.588-81, residente e domiciliado na Rua Orlando Stievano n° 231, Cep n° 18530-000, Tiête/SP.

<u>Base legal</u>: 886 a 903 do CPC; arts. 250 e ss. das NSCGJ do TJSP; Resolução 236/2016 do CNJ, Faz Saber, que o presente edital de primeira e segunda praça de leilão judicial, leva à publico a venda do bem móvel abaixo descrito, através do portal de leilões on-line da CN LEILOES – <u>www.cianacionalleiloes.com.br</u>, em condições que seguem:

<u>Leiloeiro Oficial</u>: O Leilão será realizado por meio eletrônico e conduzido pelo Leiloeiro Oficial Rogério Rodrigues Silva, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – Jucesp sob o nº 1.100.

Praça Única:

Praça: Inicio dia 14/04/2022 às 16:00 hs, e encerra 16/05/2022 às 16:00 hs;

Bem leiloado:

Descrição exata do bem de acordo com o auto de penhora e depósito elaborado pelo Oficial de Justiça ás fls., 35/36 do processo — Uma máquina plaina desempenadeira extacionária, mesa de 0,40x 1,50m, com duas facas, confeccionada em ferro fundido e seu respectivo com 3 vc, marca Ruar em bom estado de funcionamento e conservação e sem numero de serie aparente.

Depositário: o réu/executado – William Paulo da Silva, acima qualificado, de acordo com fls., 35/36 dos autos foi nomeado depositário.

Avaliação: R\$ 3.000,00 (três mil reais), Avaliação de Outubro/2018, conforme fls., 36, certidão do Oficial de Justiça, que será atualizado na data dos pregões de acordo com a tabela prática do TJSP.

<u>Imissão do arrematante na posse do bem</u>: efetivação nos próprios autos do presente processo, nos termos do artigo 901, parágrafo 1º, e do artigo 903, parágrafo 3º, todos do CPC.

Será considerado vencedor o arrematante que maior lanço oferecer diretamente no portal www.cianacionalleiloes.com.br e que tiver seu lance acolhido judicialmente, não sendo aceito lanços inferiores a 60% (sessenta por cento), do valor da última avaliação atualizada, conforme determinação de V.Exa., ás fls., 83/85 do processo em epígrafe, (atualizado pela tabela prática do TJSP).

Sobrevindo lance nos 03 minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 minutos, sucessivamente, para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lanços.

Conforme determinação de V.Exa, de fls., 83, o pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro.

Comissão do leiloeiro: 05% (cinco por cento) do valor da arrematação do imóvel. A comissão devida à CN LEILOES, gestor judicial não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas, sendo certo que o pagamento desta comissão deverá ser efetuado diretamente na conta do leiloeiro e à vista no prazo de 24 horas a contar do encerramento do leilão, mediante depósito no Banco Itaú, agência 0593, conta corrente 15015-4, Rogerio da Silva Leiloeiro, CNPJ n°35.411.302/0001-37.

O arrematante terá o prazo de até 24 horas após o encerramento do leilão para efetuar o depósito judicial do lanço, em favor do Juízo responsável, sob pena de sujeitar-se às sanções cabíveis.

O credor poderá participar das hastas públicas na forma da lei, dispensando-se a exibição do preço até o valor atualizado do débito. No entanto, deverá o credor depositar o valor excedente no mesmo prazo de 24 horas, e deverá também o credor pagar o valor da comissão do leiloeiro, na forma já mencionado, que não será considerado como despesa processual, para fins de ressarcimento pelo executado.

O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, de acordo com a certidão de penhora e avaliação do Oficial de Justiça de fls., 35, sem garantia, constituindo ônus dos interessados verificarem suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

Correrão por conta exclusiva do arrematante as despesas gerais relativas à desmontagem, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados.

Até o inicio do leilão, o interessado poderá apresentar, diretamente em juízo, proposta de aquisição por preço não inferior à avaliação, observado o disposto no art. 895, do CPC.

O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o art. 130, par. único do Código Tributário Nacional.

Nas hipóteses de pagamento do débito exequendo, remição ou acordo celebrado pelas partes, após a realização da alienação, (art.7°, par. 3° da Resolução 236/2016 do CNJ, o(s) réu(s)/executado(s) ressarcirá(ão) este leiloeiro, na forma prevista no art. 7° caput, da Resolução 236/2016 do CNJ), ou seja, 5% (cinco por cento) do valor atualizado (de acordo com a tabela prática do TJSP) do bem objeto do leilão.

Se o executado(s), for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão (art. 889, inciso I à VIII e par.único, do CPC).

O edital será publicado na rede mundial de computadores - website da Companhia Nacional Leilões – <u>www.cianacionalleiloes.com.br</u>, nos termos do art. 887, § 2º do CPC.

Esclarecimentos: tel. 11 98233862	29 - e-mail: juridico@cianacionalleiloes.com.br
São Paulo, 09 de Março de 2022.	
Eu,	, diretor(a), conferi e subscrevi.

Dr. Lucas Borges Dias Juiz de Direito